



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PROEAD - PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO À
DISTÂNCIA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU: TECNOLOGIAS DIGITAIS NA
EDUCAÇÃO**

VIVIANE DE ALMEIDA SILVA

**A SALA DE AEE NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ: VIVÊNCIAS
INCLUSIVAS**

**CAMPINA GRANDE – PB
2019**

VIVIANE DE ALMEIDA SILVA

**A SALA DE AEE NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ: VIVÊNCIAS
INCLUSIVAS**

Monografia apresentada ao Curso de Tecnologias Digitais na Educação da Universidade Estadual da Paraíba como pré-requisito para obtenção do título de especialista em Tecnologias Digitais na Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Lígia Pereira dos Santos.

CAMPINA GRANDE – PB
DE 2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586s Silva, Viviane de Almeida.
A sala de aula de AEE no município de São Vicente do Seridó [manuscrito] : vivências inclusivas / Viviane de Almeida Silva. - 2019.
66 p. : il. colorido.
Digitado.
Monografia (Especialização em Tecnologias Digitais na Educação) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Lígia Pereira dos Santos ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Escola Inclusiva. 2. Sala de AEE. 3. Deficiência. I. Título
21. ed. CDD 370.15

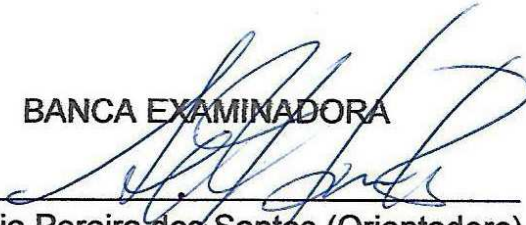
VIVIANE DE ALMEIDA SILVA

**A SALA DE AEE NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ: VIVÊNCIAS
INCLUSIVAS**

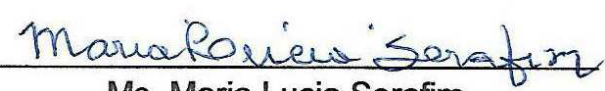
Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização Lato Sensu: Tecnologias Digitais na Educação, apresentada a PROEAD – Pró – reitoria de Ensino Médio, Técnico e à Distância em 29 de Março de 2019, na Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do Título de Especialista em Tecnologias Digitais na Educação.

Aprovada em 29/03/2019.


BANCA EXAMINADORA



Dr^a. Lígia Pereira dos Santos (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Ms. Maria Lucia Serafim
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Dr^a. Maria José Guerra
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais Maria da Glória de Almeida Silva e Samuel Severino da Silva, ao meu esposo Carlos Emanuel de Arruda Gomes e aos amigos, dedico meu amor.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual da Paraíba/UEPB, por ter proporcionado uma educação de qualidade, em especial a PROEAD – Pró-reitoria de Ensino Médio, Técnico e à Distância, em proporcionar uma Especialização em Tecnologias Digitais na Educação, promovendo uma formação diferenciada.

Aos muitos professores que tive a honra de estar com eles, aprendendo não apenas a teoria contida nos livros, artigos, periódicos, mas um conhecimento que vai além das barreiras conceituais. São as atitudes, gestos, palavras que fazem toda a diferença.

A professora Dr^a. Lígia Pereira Santos pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e por sua dedicação.

A Ms. Maria Lúcia Serafim e Dr^a Maria José Guerra, por terem aceitado o convite e participar da banca examinadora desse trabalho, o qual é de grande relevância para a minha formação.

À Deus, pai de amor infinito que sempre me concedeu sabedoria para trilhar os melhores caminhos e os mais sensatos.

À Nossa Senhora de Fátima por ter intercedido nas minhas preces e colocado sobre a minha vida a sua infinita misericórdia.

À minha mãe, Maria da Glória de Almeida Silva por tamanho amor, cuidado, atenção, companheirismo em todos os momentos.

Ao meu pai Samuel Severino da Silva que sempre torceu por mim, amando-me à sua maneira.

Ao meu marido Carlos Emanuel de Arruda Gomes, por sua paciência, simplicidade, companheirismo e dedicação.

À colega Jozelma Oliveira Pereira que diante daquele turbilhão de novas aprendizagens, cobranças necessárias e adaptações, foi prestativa e solidária.

“Um livro, uma caneta, uma criança e um professor podem mudar o mundo”.

Malala Yousafzai.

RESUMO

A Educação Especial vem ganhando espaço no cenário Nacional e Internacional, antes falar de pessoas com deficiência era inimaginável, hoje devido os avanços ocorridos no cenário educacional e as lutas das pessoas com deficiência, esse assunto é debate em vários fóruns, congressos Nacionais e Internacionais, neste sentido, falar de educação Inclusiva é imprescindível para que se construa uma sociedade justa e com oportunidades para todos. A família, escola e sociedade precisam comungar dos mesmos interesses, não apenas oferecer um espaço para as pessoas com deficiência, mas ofertar condições para que tais crianças se desenvolvam cognitivamente, afetivamente e socialmente naquele local. Em virtude dessa demanda necessária, temos grandes aliados para se fazer cumprir o que rege as políticas públicas educacionais, e com isso continuar a luta em prol de uma educação para todos e com equidade, uma vez que somos iguais em direitos e deveres conforme a Constituição Federal de 1988. O objetivo principal do presente estudo foi apresentar de modo descritivo, o desenvolvimento do trabalho pedagógico junto à pessoa com deficiência, em salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado), no município de São Vicente do Seridó – PB. A pesquisa ocorreu nas salas de AEE, com profissionais especializados em educação especial, foi de cunho exploratório, para tal, utilizamos como instrumento metodológico a coleta de dados. Trabalhamos com os seguintes autores: MANTOAN (2007), MORAN (2013), CARVALHO (2003), dentre outros. A pesquisa ocorreu entre os meses de Novembro à Março de 2019. Os resultados apontaram que as crianças atendidas na sala de AEE, desenvolvem suas habilidades individuais, sua inteligência emocional e melhoram o rendimento na escola regular. O trabalho desenvolvido com *softwares*, textos, jogos pedagógicos: quebra-cabeça, jogos de memória, alfabeto móvel, caça palavras, ajudam na aprendizagem de pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Escola Inclusiva.; Sala de AEE.; Deficiência.

ABSTRACT

Recently, gradual attention has been drawn to Special Education both nationally and internationally. Previously, mentioning people with impairment was unimaginable, but nowadays, due to the advances in the educational setting, in addition to disabled people's struggles, this issue is discussed in several conferences around the world. This means talking about Inclusive Education becomes indispensable in order to contribute to the development of a fairer society with opportunities for all. Family, School, and Society need to partake of the same interests, not just offering a place for the disabled, but bestowing conditions so that children can actually develop cognitively, emotionally, and socially in such a place. By virtue of this essential requirement, there are major allies to make effective what is determined by the educational public policies, and, thus, to continue with the endeavor of building education with equity for everyone, once every individual is equal in rights and duties, according to the Brazilian Constitution of 1988. The main objective of this study is to show how the educational dealing with disabled people works in classes of SESI (Specialized Education Service) in São Vicente do Seridó City, in Paraíba State. This is a qualitative research, whose chief methodological tool is data collection, by means of which a questionnaire has been developed with objective and subjective questions, aiming at profiling how the educational practice for disabled people works in a SESI classroom. Some of the scholars consulted for this study were: MANTOAN (2007), MORAN (2013), CARVALHO (2003), among others. The investigation took place from November 2018 to March 2019. The results show that the children attended to in the SESI classroom researched develop their individual skills, their emotional intelligence, and improve their performance in regular schools. The pedagogical practice conducted with software, texts, and pedagogical games, like puzzles, memory games, movable alphabets, word searches, among others, assist disabled people's learning.

Key-words: Inclusive school.; SESI Classroom.; Impairment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura: 1	Roda dos Expostos.....	17
Figura: 2	Roda dos Expostos.....	18
FIGURA 3	CRIANÇA UTILIZANDO O JOGO DAS VOGAIS.....	41
FIGURA 4	FORMAS E TAMANHOS.....	44
Figura: 5 a 8	Acervo da sala de recursos.....	44
Figura:9 a 24	Material Didático.....	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: CAMINHOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	14
1.1 Uma breve abordagem sobre a história das pessoas com deficiência.....	14
1.1.2 Idade Média: ações excludentes face a pessoa com deficiência.....	15
1.1.3 Idade Moderna: práticas de assistencialismo e segregações em foco.....	18
1.1.4 Idade Contemporânea - Algumas observações sobre a evolução da educação especial no mundo.....	21
1.1.5 Educação Especial no Brasil – Implementação.....	26
Deficiência visual.....	27
Deficiência auditiva.....	27
Atendimento aos deficientes físicos.....	28
Atendimento aos deficientes mentais.....	28
1.1.6 Aspectos Legais do Atendimento Educacional Especializado – AEE.....	30
2.0 CAPÍTULO II - CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ	34
2.1 Formação administrativa.....	35
2.2 Dados Estatísticos do Município de São Vicente do Seridó	36
3.0 CAPÍTULO III – A SALA DE AEE NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ, ESCOLA MUNICIPAL DAMIÃO ZELO E RAIMUNDO ASFORA	37
3.1 Tecnologias assistivas utilizados na sala de AEE.....	41
3.2 Sites com Jogos educativos.....	43
4.0 CAPÍTULO IV – PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE	46
4.1 Sala de AEE - Vivências Inclusivas.....	46
4.2 Jogos pedagógicos trabalhados na sala de AEE.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICES	64

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar de modo descritivo, o desenvolvimento do trabalho pedagógico junto à pessoa com deficiência, em salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado), no município de São Vicente do Seridó – PB.

O estudo se fez relevante, uma vez que, sabemos das atuais políticas públicas de educação inclusiva, que asseguram a criança sua inserção no ensino regular, contudo, sua presença muitas vezes é sinal apenas de agregação, não de inclusão. A sala de AEE no município de São Vicente do Seridó vem abrindo caminhos e traçando objetivos em comum com as atuais políticas públicas inclusivas, o trabalho desempenhado pelos profissionais da Educação Especial, assegura as crianças, um ensino qualificado e promove uma autonomia crescente.

Esse atendimento vem como um suporte a pessoa com deficiência, para que estas sejam estimuladas a desenvolverem suas habilidades de acordo com suas limitações, portanto, quando a pessoa participa de um atendimento e frequenta a escola, ela só tem a melhorar seu desempenho escolar e sua autonomia.

A Educação como um processo de libertação do sujeito, seja ele/ela a pessoa com deficiência ou não, possui suas especificidades, as quais são necessárias um olhar diferenciado para cada um (a) que está inserido na escola, respeitando suas individualidades e a maneira como cada pessoa enxerga novos aprendizados, portanto, é papel do professor perceber no aluno e tentar extrair o máximo que conseguir de seus conhecimentos prévios para que assim o aluno consiga desenvolver suas habilidades e aplicá-las no cotidiano.

Herz (1999) afirma que profissionais da saúde tendem a ver esses sujeitos como pessoas que precisam ser consertadas ou como representantes de um sistema que falhou. Sob este ponto de vista incorre em muitos casos a segregação em centros de tratamento sob a lógica de que se dê a cura idealizada, para possibilitar uma convivência social mais ampla, o que na maioria dos casos não ocorre. No nosso entender, essa lógica deveria ser inversa.

Sabemos que o desenvolvimento da linguagem, compreendida como processo de significação contínua no mundo da relação com o outro, fica comprometida quando o sujeito é privado da interação.

Formar educandos é uma tarefa carregada de muita subjetividade, mas que rende resultados positivos. Com isso, nenhum sujeito seja qual for a sua deficiência deve ficar isolado, como alguém que venha descaracterizar uma sociedade vista por pessoas ditas “normais”, estes merecem o nosso total respeito, por vezes conseguem romper a barreira do preconceito e galgam degraus inimagináveis.

É preciso que pais ou responsáveis reconheçam sua importância, busquem informações e principalmente não os deixem à margem da sociedade, todos tem o direito a educação de qualidade, garantida na Constituição Federal de 1988, art.205. "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

A História nos relata que até pouco tempo os alunos que possuíam algum tipo de deficiência eram colocados à margem da sociedade, segregados em classes e escolas especiais, onde ficavam sob “coordenação” de professores especializados e de uma equipe multidisciplinar.

Contudo, com as atuais políticas públicas de inclusão, esses alunos passam a ter por direito, acesso a escola regular, embora, em certa medida continuem excluídos, uma vez que acabam sendo alvo de discriminação por parte de alunos e, por falta de preparação/qualificação dos docentes para lidar com esse tipo de situação e dos demais profissionais que compõe o universo escolar, desta forma, tornam-se alvos de bullying, “excluídos” do âmbito escolar, do processo de ensino-aprendizagem e do convívio social com os outros alunos.

Conforme apresenta a Política Pública da Integração da Pessoa com deficiência, Decreto nº. 3.298, de 20 de Dezembro de 1999, regulamenta a Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.

Não há como falar de deficiência sem fazermos menção ao contexto histórico, portanto, essa pesquisa fará um recorte sobre a história da educação especial e sua ascensão no cenário atual da educação.

O estudo se deu no contexto da abordagem qualitativa, de cunho exploratório e se utilizou para verificação dos dados, o instrumento do tipo questionário, com o objetivo de apresentar os resultados alcançados.

Quanto à organização do trabalho, o mesmo está dividido em quatro capítulos: contexto histórico da educação especial, uma abordagem sobre o Município de São Vicente do Seridó, a sala de atendimento educacional AEE e por fim, o percurso metodológico das vivências inclusivas.

No primeiro capítulo, apresentamos o contexto histórico da educação especial no Brasil, alguns avanços no cenário educacional e suas implicações, o segundo capítulo - O município de São Vicente do Seridó – PB, no terceiro capítulo- A Sala de Atendimento Educacional/AEE, O quarto e último capítulo - apresentamos o percurso metodológico das vivências inclusivas.

Por conseguinte, compreendemos que esse trabalho deverá contribuir à respeito da importância da sala de AEE, como também dos profissionais que nela desempenham suas funções com maestria.

Segundo Maslow (1968), pode-se concluir que a disseminação do uso das Tecnologias Assistivas (TA) vem acrescentar suporte a que, pessoas com deficiência, possam atingir seu máximo em saúde psicológica, a partir da melhoria do seu bem-estar físico. Precisamos acolhê-los e respeitá-los, como indivíduos capazes, com direitos e deveres, esse é o nosso papel enquanto cidadão.

CAPÍTULO 1 – CAMINHOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1.1 Uma breve abordagem sobre a história da educação especial

As características econômicas, sociais e culturais de cada época têm determinado o modo como se tem “olhado” a diferença.

Desde o período da Idade Antiga, vimos relatos fiéis de o quanto às pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência, independente do grau seja ela física ou cognitiva foram exterminadas da sociedade e vistas como seres improdutivos e sem nenhuma importância em termos de produção com a mão de obra, vistos dessa forma, pela classe dominante de cada período histórico, porém, esta realidade está sendo modificada aos poucos, graças às lutas e ao avanço das políticas educacionais. Para afirmar isso, Olga Maria diz

Em Esparta e Atenas crianças com deficiências física, sensorial e mental eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação e abandono. Tal prática era coerente com os ideais atléticos, de beleza e classistas que serviam de base à organização sócio-cultural desses dois locais. Em Esparta eram lançados do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos. (RODRIGUES, 2008, p. 07)

Desta forma podemos perceber mais claramente desde cedo, como era tratada a pessoa que nascia com deficiência nesse período histórico.

Misés (1977) aponta

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis ou anormais, nós a afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las. (CARDOSO apud MISÉS, 1977, p. 14).

A história mostra-nos que as sociedades têm experimentado grandes dificuldades em lidar com a diferença, seja esta física, sensorial ou psíquica. O caminho da exclusão à inclusão tem sido longo e penoso e muito há ainda para fazer.

Muitas crianças que apresentavam algum tipo de deficiência ainda recém-nascida eram atiradas em valas, ou colocadas em alguma porta para serem adotadas por alguma família, isso quando não tinham um fim mais desumano.

1.1.2 Idade Média

Na Europa, em geral, a atitude para com as pessoas com deficiência era a mesma, até a difusão do cristianismo. Entre os milagres de Cristo, aparece em grande número a cura de deficiências física, auditiva e visual. Um exemplo de influência dos ideais cristãos é a figura de **Nicolau**, Bispo de Myra, que nos anos 300 d.C. acolhia crianças e pessoas com deficiência abandonadas. Podemos perceber isso através da citação abaixo

Com o cristianismo estas pessoas ganharam alma e, eliminá-las ou abandoná-las significava atentar contra os desígnios da divindade. Assim, ao longo da idade média são consideradas “filhos de Deus” (anjos retratados em pinturas da época possuíam características de síndrome de Down). Todavia, a igualdade de status moral ou teológico não correspondia à igualdade civil e de direitos. A pessoa com deficiência mental passa a ser acolhida caritativamente em conventos ou igrejas, ou, quando a deficiência não era acentuada, sobrevivia na família, escapando à exposição (prática do abandono à inanição ou servindo como palhaços ou atrações em circos). (RODRIGUES, 2008, p.08).

Podemos ver que ainda na Idade média essas pessoas passam a ter um tratamento um “pouco” mais humano, no sentido de caridade, houve uma pequena evolução quando nos referimos a pessoa com deficiência, porém sabemos que a luta tinha que continuar e as mudanças precisavam ser mais constantes. As pessoas com deficiência não eram vistos como sujeitos de direitos, apenas tinham um tratamento caridoso.

Ao longo da Idade Média, nos países europeus, os ditos deficientes eram associados à imagem do diabo e aos atos de feitiçaria, eram então perseguidos e mortos, pois faziam parte de uma mesma categoria: a dos excluídos. Então deviam ser afastados do convívio social ou, mesmo, sacrificados. Comenta que havia posições ambíguas: uma seria marca da posição divina, a expiação dos pecados; a outra a expressão do poder sobrenatural, o privilégio de ter acesso as verdades inatingíveis para a maioria. (CARDOSO, 2006, p. 16).

Na Idade Média, a sociedade, dominada pela religião e pelo divino, considerava que a deficiência decorria da intervenção de forças demoníacas e, nesse sentido,

Muitos seres humanos física e mentalmente diferentes – e por isso associados à imagem do diabo e a atos de feitiçaria e bruxaria – foram vítimas de perseguições, julgamentos e execuções” (CORREIA, 1997, p. 13).

Entendemos “a religião, com toda a sua força cultural, ao colocar o homem como ‘imagem e semelhança de Deus’, ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental” (MAZZOTTA, 1986, p. 16).

Os tempos medievais viram surgir, contudo, as primeiras atitudes de caridade para com a deficiência, a piedade de alguns nobres e algumas ordens religiosas estiveram na base da fundação de hospícios e de albergues que acolheram deficientes e marginalizados.

No entanto, perdurou ao longo dos tempos e, em simultâneo com esta atitude piedosa, a ideia de que os deficientes representavam uma ameaça para pessoas e bens. A sua reclusão, que se processou em condições de profunda degradação, abandono e miséria, foi vista, por conseguinte, como necessária à segurança da sociedade.

Podemos citar como uma ação interventiva com fins a amenizar a situação das pessoas com deficiência a “*Rodas dos expostos*”, que teve início ainda na Idade Média a partir do trabalho de uma Irmandade de Caridade e da preocupação com o grande número de bebês encontrados mortos. Tal irmandade organizou em um hospital em Roma um sistema de proteção à criança exposta ou abandonada.

O nome da roda provém do dispositivo onde se colocava os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criança que enjeitava. Depois, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabará de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local sem ser identificado. (FIGUEIRA apud MARCILIO, 2008, p.36).

As crianças ficavam nessas instituições até a pré adolescência, idade que atinge de 08 aos 12 anos. Normalmente, a transformação acontece antes para as

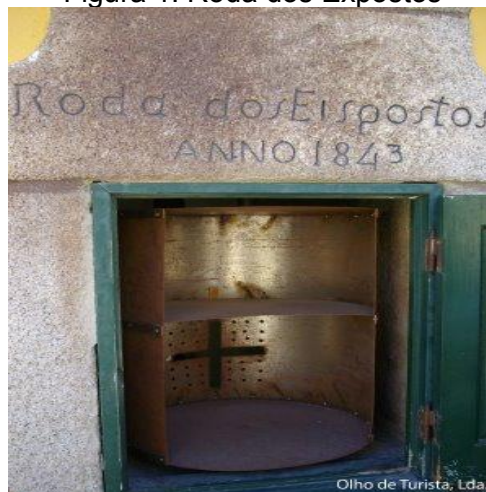
meninas por causa das modificações no corpo. Muitas, aos nove, começam a apresentar desenvolvimento das mamas. Nos meninos, o processo é mais lento e ocorre, em média, entre 10 aos 12 anos. Depois tinham que procurar outro local e meios para sobreviverem, esta foi uma prática que perdurou por anos, chegando ao Brasil apenas no século XVIII de 1726 à 1950.

Camargo (2006) citado por Figueira descreve exatamente o que ocorria com essas crianças nesse período histórico

As crianças expostas as Rodas, no Brasil e na Europa, recebiam a marca estigmatizadora do abandono, e, mediante a ela, suas vidas pautavam-se pelas mais variadas formas de exclusão, marginalização, e constante circulação, (de instituição para instituição, de uma família para outra, transitavam entre várias casas de ama-de-leite, etc.). Em condições precaríssimas de sobrevivência, essas crianças eram tolhidas de fatores necessários a formação saudável de sua identidade, alijadas de estímulos formadores da auto – estima e, sem um vínculo familiar, expostas as mais variadas formas de exploração de sua época. Grande parte das crianças expostas morriam ainda no período de amamentação, outro tanto era vendida como escrava e outra parcela, depois de crescida, passava a habitar as ruas. (FIGUEIRA apud CAMARGO, 2006, p.38).

Triste fim era reservado a essas crianças abandonadas, se por um lado elas teriam acolhimento até determinada época, depois seu destino seria tão incerto quanto sua entrada nessas instituições de acolhimento, devastando-as por anos com o sentimento de insegurança cada criança que por ali passava.

Figura 1: Roda dos Expostos



Fonte: <https://www.google.com>

Figura: 2 Roda dos Expostos



Fonte: <https://www.google.com.br>

1.1.3 Idade Moderna

A idade moderna é o período que compreende do século XV ao século XVIII.

É nesse período que o homem passa a ser entendido como animal racional, que trabalha planejando e executando atividades para melhorar o mundo dos homens e atingir a igualdade através da produção em maior quantidade. A apologia era o método experimental. Valoriza-se a observação, experimentação, e as hipóteses. Encaminharam-se esforços para descobrir as leis da natureza relegando-se a plano secundário as discussões sobre as leis divinas.

Com o surgimento do método científico iniciam-se estudos em torno das tipologias e com elas a mentalidade classificatória na concepção das deficiências, decorrente do modelo médico, impregnadas de noções com forte caráter de patologia, doença, medicação e tratamento.

A fatalidade hereditária ou congênita assume o lugar da danação divina, para efeito de prognóstico. A ineducabilidade ou irrecuperabilidade do idiota é o novo estigma, que vem substituir o sentido expiatório e propiciatório que a deficiência recebera durante as negras décadas que antecederam a medicina, também supersticiosa.

O médico é o novo árbitro do destino do deficiente. Ele julga, ele salva, ele condena. (PESSOTI, 1984, p. 68)

Foi a partir da idade moderna que as pessoas com deficiência passaram a serem vistas e atendidas através do viés médico, abrindo uma possibilidade de mudanças e atendimentos específicos para cada especialidade.

No século XVI, dois grandes médicos de renome Paracelsus e Cardano começaram a defender a ideia de que as pessoas com deficiência mental eram um problema médico e que isso acontecia por uma fatalidade hereditária ou congênita, passando a chamá-los de cretinos, de idiotas ou amentes, não acreditando que pudessem ser educados ou recuperados. Segundo eles, caberia aos médicos, e não ao clero, a decisão sobre a vida e o destino dessas pessoas.

Ainda neste século, novas leis definem a loucura e a idiotia como enfermidade ou produto de infortúnios naturais, com o objetivo de disciplinar a administração de bens e heranças dessas pessoas.

Não há como negar que o século XVI é um divisor de águas na história da humanidade. O gradativo predomínio de uma produção voltada para o mercado, a possibilidade de acumulação, o desenvolvimento de uma ciência e tecnologia voltada para o mercado, e que possa garantir um gradativo domínio do homem sobre a natureza, diferencia-se radicalmente da situação anterior em que os homens viviam envolvidos com a produção para a subsistência.

Cem anos depois, no século XVII, as instituições religiosas começaram a oferecer assistência aos deficientes. Como foi o caso das organizações Irmãs de Caridade e São Vicente de Paulo. Antes, elas usavam o confinamento como forma de cuidado.

Ainda no século XVII, John Locke (1632 - 1704) revoluciona as doutrinas vigentes sobre a mente humana e suas funções através de sua obra *Essay* (1690).

O teórico definiu o recém-nascido e o idiota como “*tabula rasa*” (o comportamento como produto do ambiente, que possibilita as experiências) e via, então, a deficiência como a carência de experiências. Advogava que o ensino deveria suprir essa carência.

Nos séculos XVII e XVIII, a mendicância proliferava em todas as grandes cidades européias. Só em Paris, durante a Guerra dos Trinta

Anos, havia mais de 100.000 mendigos. Como forma de atrair a caridade, compravam-se nos asilos, crianças deficientes de tenra idade, que eram barbaramente mutiladas e abandonadas à sua sorte quando, com o avançar da idade, deixavam de ter utilidade. (SILVA, 2009, p.02)

Como podemos perceber nas palavras de Silva (2009), as pessoas com deficiência eram tratadas como produtos para serem utilizados em alguma serventia, quando não mais serviam eram descartados como objetos sem valia. Relativamente aos deficientes mentais, o abandono era total. Os que sobreviviam eram remetidos para orfanatos, prisões ou outras instituições do Estado.

Uma Ordem Real de 1606 refere que no Hôtel Dieu, um hospital de Paris que acolhia deficientes mentais, a degradação era total: em leitos miseráveis, dormiam juntas várias pessoas, independentemente das condições de saúde que apresentassem. Como se fosse uma barraca de feira, o Centro Bethlem era visitado, em 1770, por um público que pagava para entrar e para apreciar o “espetáculo”.

Ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, os deficientes foram, assim, inseridos em instituições de cariz marcadamente assistencialista. O clima social era propício à criação de instituições cada vez maiores, construídas longe das povoações, onde as pessoas deficientes, afastadas da família e dos vizinhos, permaneciam incomunicáveis e privadas de liberdade. (SILVA apud JIMÉNEZ, 1997, p. 02).

É a partir do século XVIII que se encontram as primeiras iniciativas visando evitar o isolamento dos cegos e dos demais excepcionais, numa tentativa de desenvolver as potencialidades que eles ainda dispunham (LEMOS, 1981, *apud* BUENO, 1993, p.56).

Autores como (Jönsson, 1994; Mendes 1995) afirmam que até o século XVIII, a exclusão acontecia amplamente, ou seja, pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade para qualquer tipo de atividade, pois eram consideradas inválidas, sem utilidade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência. Nesta fase, nenhuma atenção educacional era promovida.

1.1.4 Idade Contemporânea – Algumas observações sobre a evolução da educação especial no mundo.

Na Idade Contemporânea, o problema crucial é o próprio homem na sociedade. Não é o método de pensar dedutivo, não é a associação entre fé e razão, não é trabalho, não é a técnica, mas sim o homem na sociedade o conteúdo central do questionamento deste período.

Com base nesta compreensão, as atitudes para com as pessoas com deficiência se modificam nesta nova sociedade, na medida em que vão sendo oferecidas oportunidades educacionais e de integração social até chegar aos dias atuais, em que sua integração se efetiva ou está em vias de se concretizar.

Dessa forma, o ato educacional, seja ele ofertado em instituições escolares ou espaços alternativos, precisa ser concebido como um processo interativo entre o aluno, o objeto de conhecimento e o mediador (TANAKA, 2009, p.46).

Embora a fase clínico/assistencialista não possa ainda ser considerada como passado, o presente vê crescer e se fortalecer ideais da ética contemporânea: integração e direitos.

O homem passa a ser pensado através das relações que mantém com outros homens na sociedade.

Beneficiando-se (ou ajudando a promover?) de toda uma reavaliação dos direitos humanos e na esteira que inclui a mulher, a criança, o índio, o negro, o idoso... a pessoa com necessidades especiais pode começar a ser olhada e a olhar para si mesma, de forma menos manequista: nem herói nem vítima, nem deus nem demônio, nem melhor nem pior, nem super-homem nem animal, pessoa. (AMARAL, 1994, p. 15)

A partir do século XIX, tempo de grandes descobertas no campo da medicina, biologia e da saúde, passou-se a estudar os deficientes de modo a procurar respostas para seus problemas.

Ainda no começo do século XIX, Itard (1801) iniciou o atendimento aos débeis ou deficientes mentais, utilizando métodos sistematizados. Ele trabalhou durante cinco anos com Victor – uma criança de 12 anos, selvagem, capturada na floresta de

Aveyron, no sul da França, conhecido como o selvagem de Aveyron. Itard pode ser pensando como o criador de uma educação especial para deficientes mentais.

Logo depois surgiu a médica italiana Maria Montessori (1909), que foi outra importante educadora na qual muito contribuiu com AEE. Montessori aprimorou os métodos de Itard (1801) e Seguin (1847) e desenvolveu um programa de treinamento para crianças deficientes mentais nos internatos de Roma, suas técnicas foram levadas para diversos países da Europa e Ásia. Montessori enfatizou, entre outras coisas, a auto-educação pelo uso de materiais didáticos, criando um método que procurava adequar a didática às peculiaridades motivacionais do aluno, na primeira década do século XX, surgem as escolas montessorianas.

O método criado por Maria Montessori, para crianças com deficiências, parte do concreto rumo ao abstrato, baseia-se na observação de que meninos e meninas aprendem melhor pela experiência direta de procura e descoberta. Para tornar esse processo o mais rico possível, a educadora italiana desenvolveu os materiais didáticos que constituem um dos aspectos mais conhecidos de seu trabalho.

São objetos simples, mas muito atraentes e projetados para provocar o raciocínio. Há materiais pensados para auxiliar todo tipo de aprendizado, do sistema decimal à estrutura da linguagem.

Não podemos deixar de citar um grande educador suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827). Nenhum deles deu mais importância ao amor, em particular ao amor materno, do que ele, o mesmo antecipou concepções do movimento da Escola Nova, que só surgiria na virada do século XIX para o XX, Pestalozzi afirmava que a função principal do ensino é levar as crianças a desenvolver suas habilidades naturais e inatas. "Segundo ele, o amor deflagra o processo de auto-educação".

A escola idealizada por Pestalozzi deveria ser não só uma extensão do lar como inspirar-se no ambiente familiar, para oferecer uma atmosfera de segurança e afeto. Ao contrário de muitos de seus contemporâneos, o pensador suíço não concordava totalmente com o elogio da razão humana. Para ele, só o amor tinha força salvadora, capaz de levar o homem à plena realização moral, isto é, encontrar conscientemente, dentro de si, a essência divina que lhe dá liberdade.

Pestalozzi, "experimentava sua teoria e tirava a teoria da prática", nas várias escolas que criou, Pestalozzi aplicou em classe seu princípio da educação integral,

não limitada à absorção de informações. Segundo ele, o processo educativo deveria englobar três dimensões humanas, identificadas com a cabeça, a mão e o coração.

O objetivo final do aprendizado deveria ser uma formação também tripla: intelectual, física e moral. E o método de estudo deveria reduzir-se a seus três elementos mais simples: som, forma e número. Só depois da percepção viria à linguagem.

Com os instrumentos adquiridos desse modo, o estudante teria condições de encontrar em si mesmo liberdade e autonomia moral. Como alcançar esse objetivo dependia de uma trajetória íntima, Pestalozzi não acreditava em julgamento externo. Por isso, em suas escolas não havia notas ou provas, castigos ou recompensas, numa época em que chicotear os alunos era comum. A disciplina exterior, na escola de Pestalozzi, era substituída pelo cultivo da disciplina interior.

Montessori, assim como Pestalozzi, criou sistemas pedagógicos eficazes para a infância em geral, baseando seus métodos em crianças intelectualmente deficientes e, posteriormente, estendendo esses métodos às crianças “normais”.

No final do século XIX e meados do século XX, de acordo com Mendes (1995), foram surgindo algumas escolas especiais e centros de reabilitação, pois a sociedade começava a admitir que pessoas com deficiência, poderiam ser produtivas se recebessem escolarização e treinamento adequado.

Stainback e Stainback (1997) lembram que, ao mesmo tempo, outra tendência se desenvolvia nos Estados Unidos: a criação de “escolas comuns” públicas, onde a maioria das crianças era educada. Desta forma, neste país, entre 1842 e 1918, todos os estados legislaram o ensino obrigatório e as escolas públicas receberam muitos recursos para seu desenvolvimento.

Jönsson (1994) afirma que estes fatos citados acima deram início nos Estados Unidos e na Europa, seguidos por outros países, a uma nova caminhada em direção à conquista do direito à vida digna e integral, favorecendo o surgimento do conceito de inclusão no final da década de oitenta.

Este autor enfatiza que

Para que as pessoas com deficiência realmente pudessem ter participação plena e igualdade de oportunidades, seria necessário que não se pensasse tanto em adaptar as pessoas à sociedade e sim adaptar a sociedade às pessoas. (JONSSON, 1994, p. 63).

Nos Estados Unidos, a primeira escola pública para surdos foi estabelecida em 1817, em Connecticut, no Canadá, foi fundada em Montreal, em 1848, uma escola para meninos “surdos-mudos”.

Cinquenta anos depois que Valentin Haüy havia fundado a primeira escola para crianças cegas, instalou-se nos Estados Unidos, em 1829, o primeiro internato para cegos, em Massachusetts. Este instituto começou a funcionar com seis alunos em 1832.

No mesmo ano, em Nova York, foi fundada outra escola do gênero. Cabe destacar que a primeira escola inteiramente subsidiada pelo Estado foi a Ohio School For the Blind instalada em 1837. A importância do fato se deve ao despertar da sociedade para a obrigação do Estado com a educação dos portadores de deficiência (MAZZOTTA, 1999).

O primeiro internato público para os deficientes mentais que se tem notícia foi criado em 1848, em Massachusetts, introduzindo o método Seguin. O período de 1817 a 1850 foi muito benéfico para a educação das crianças deficientes. Muitas escolas para cegos, surdos e deficientes mentais apareceram. Para os deficientes físicos, os programas surgiram décadas mais tarde.

O modelo europeu de escolas residenciais teve forte influência nos Estados Unidos de 1850 a 1920, com o crescente aumento de escolas para deficientes.

No final de século XIX, no entanto, as escolas residenciais deixam de ser consideradas instituições apropriadas para a educação do deficiente mental. Elas passam a ser vistas como instituições para crianças e adultos sem possibilidade de educação. Os programas de externato começam, por esse motivo, a serem desenvolvidos.

As primeiras classes especiais datam de 1896. Em Providence, foi instalada uma classe para deficientes mentais, e em Chicago (1900), foi criada uma classe para cegos e uma classe para crianças aleijadas em uma escola pública. Por iniciativa do pai de uma criança com paralisia cerebral, em 1940, o jornal *Times*, de Nova York, publicou um anúncio que levou à criação de uma organização para essas crianças.

Nesta organização, os pais levantavam fundos para os centros de treinamento e pesquisa, estimulando as iniciativas do governo no sentido de criar uma legislação que proporcionasse os recursos necessários às demandas.

Por volta de 1950, a exemplo do que aconteceu com a Associação dos Paralisados Cerebrais, os pais de crianças com desenvolvimento mental retardado, excluídos da escola devido a leis que dificultavam o seu ingresso ou permanência, organizaram-se e criaram a National Association For Retarded Children (Narc).

Essa organização exerceu grande influência em vários países e, no Brasil, foi à inspiração para a criação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

A história da Educação Especial no mundo percorreu então, segundo Aranha (2000) três paradigmas, o da Institucionalização, o dos Serviços e o de Suportes, estando esse último fundamentado técnico-cientificamente no conhecimento sobre os ganhos em desenvolvimento pessoal e social provenientes da convivência na diversidade e, sociopoliticamente, no princípio da igualdade, que aponta para a inclusão, entendida como *“o processo de garantia do acesso imediato e contínuo da pessoa com necessidades especiais ao espaço comum da vida em sociedade, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento apresentado (ARANHA, 2000, p.13)”*.

O movimento de integração então desencadeado veio constituindo uma trajetória pontuada por vários movimentos, sustentados na prática cotidiana da escola por diferentes concepções de aprendizagem, e que revelam não haver exorcizado de todo o fantasma da estigmatização.

Apesar de assimilado o princípio constitucional da "Educação para todos", a cultura escolar, através de suas práticas e conteúdos predominantemente estabelecidos, não abre espaços para a massa diversificada de alunos, com desigual capital de origem familiar e social, com desiguais expectativas e interesses que se enfrentam com conteúdos e ritos pedagógicos de transmissão de conhecimento homogeneizados.

A política de integração praticada neste período entendia que com a garantia do acesso e estruturação paralela de serviços de educação especial (salas de recursos, classes especiais e salas de apoio pedagógico) estaria assegurada a

integração plena da pessoa com deficiência. Integração esta, analisada de um ponto de vista instrucional, cujo paradigma sustentava-se na avaliação, planejamento e intervenção centrada no aluno.

Desta forma, podemos perceber que não há como se pautar em uma integração que apenas valorize aspectos físicos, mesmo sendo estes indispensáveis para oportunizar o aluno, é necessário um conjunto de fatores que trabalhem interligados de maneira a viabilizar essa integração e acesso de qualidade as pessoas com deficiência.

1.1.5 Educação Especial no Brasil - Implementação

A organização de serviços para os deficientes cegos, mentais, surdos ou físicos começou ainda no século XIX. Alguns brasileiros, inspirados na experiência de educadores da Europa e dos Estados Unidos, e por iniciativa própria, uma vez que as iniciativas oficiais eram mínimas, começaram a ter interesse pelo atendimento dos deficientes.

A evolução na forma de atender às diferentes necessidades especiais e a inclusão dessa educação (dos excepcionais, deficientes) na política educacional brasileira ocorreram mais ou menos de forma simultânea, por volta de 1950, observadas as suas peculiaridades.

A preocupação com a educação surgiu pela mão de reformadores sociais, de clérigos e de médicos, com a contribuição de associações profissionais então constituídas e com o desenvolvimento científico e técnico. Surgem instituições para cegos, surdos, deficientes mentais.

Os modelos ecológicos - sistêmicos e transacionais vieram revelar que o desenvolvimento humano só se entende e evolui de forma contextualizada, o que sustenta a fundamentação do modelo inclusivo de educação, na medida em que as crianças aprendem, sobretudo quando se atua sobre o meio ambiente por forma a que encontrem oportunidades de aprendizagem ricas, adultos envolventes e pares estimulantes e organizadores. (BAIRRÃO, 2004, p. 14).

No final do século XIX, o retrato da educação no país era desolador. O altíssimo índice de analfabetismo e a escassez de escolas para as classes populares dificultavam qualquer iniciativa para a escolarização das pessoas com deficiência.

A primeira forma de atendimento escolar para pessoas com deficiência, foi uma instituição especializada particular no Brasil, destinada aos deficientes físicos, em 1600 em São Paulo.

Na área jurídica, a primeira Constituição do Brasil (1824) privava o incapacitado físico ou moral do direito político, muito embora a referida Constituição previsse a instrução primária e gratuita para todos. Antes mesmo de qualquer esforço para o atendimento aos deficientes, a sociedade já se protegia do adulto deficiente.

Deficiência Visual

No âmbito da deficiência visual, a primeira iniciativa aconteceu em 1854, quando D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, através do Decreto Imperial no ano de 1428, o chamado Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

A criação deste Instituto, segundo Mazzotta (1999), deveu-se a José Alvares de Azevedo, um cego brasileiro que estudara no Instituto de Jovens Cegos de Paris, fundado por Valentin Haüy, no século XVIII. Ele teve muito sucesso na educação de Adélia Sigaud, filha do Dr. José F. Xavier Sigaud, médico da família imperial.

O ministro do Império na época, conselheiro Couto Ferraz, atento e interessado no trabalho de José Alvares de Azevedo e, devido à proximidade e influência que exercia junto a D. Pedro II, sensibilizou o monarca para a necessidade da criação do Instituto, que foi inaugurado em 17 de setembro de 1854. Seu primeiro diretor, nomeado, foi o médico Dr. Xavier Sigaud.

O Instituto permaneceu com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos durante 36 anos. Em 1890, no governo republicano, o nome foi trocado para Instituto Nacional dos Cegos. Em 1891, a escola recebeu a denominação de Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem ao ilustre e atuante professor de Matemática, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que foi diretor da instituição (MAZZOTTA, 1999).

Deficientes Auditivos

D. Pedro II, três anos após a criação do IBC, fundou, também no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos “Surdos – Mudos”. A iniciativa para a criação deste

Instituto coube a Ernesto Huet e seu irmão que, recebido pelo imperador D. Pedro II, por influência do marquês de Abrantes, obteve apoio para a ideia de fundar uma escola para surdos mudos no País.

Esta escola começou a funcionar atendendo dois alunos e, em 1957, passou a chamar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Desde o início, o INES caracterizou-se como um estabelecimento educacional voltado para a educação literária e o ensino profissionalizante de meninos “surdos-mudos” de 7 a 14 anos de idade (MAZZOTTA, 1999).

Tanto no IBC quanto no INES foram instaladas oficinas para a aprendizagem de ofícios. No primeiro, eram oferecidos cursos de tipografia e encadernação para os meninos e tricô para as meninas. No segundo, sapataria e encadernação, pautação e douração. Em 1882, o imperador fez uma importante convocação para se discutir a educação das pessoas com deficiência, no primeiro Congresso de Instrução Pública que aconteceria no ano seguinte.

Atendimento aos Deficientes Físicos

Datam de 1931/1932 as primeiras iniciativas com propósitos educacionais especializados no atendimento de deficientes físicos (não sensoriais), com a criação de uma classe especial na Escola Mista do Pavilhão Fernandinho da Santa Casa de Misericórdia.

Mais tarde, em 1948, nesta escola é criada outra classe especial. Mais duas classes para deficientes físicos foram instaladas junto ao Pavilhão nos anos de 1950 e 1969.

É importante observar que, segundo Mazzotta (1999), essas classes funcionavam como *classes hospitalares*, ou ainda como modalidade “ensino hospitalar”, onde cada professora tinha uma programação de atendimento individualizado aos alunos considerados pacientes do hospital.

Atendimento aos Deficientes Mentais

Para os deficientes mentais, são encontradas duas instituições no final do Império. A primeira especializada foi criada em 1874, junto ao Hospital Juliano Moreira, em Salvador, chamando-se, na época, Hospital Estadual de Salvador.

A segunda foi a Escola México, criada em 1887, no Rio de Janeiro, com ensino regular, que atendia também deficientes físicos e visuais.

É importante salientar que são poucas, ou mesmo insuficientes, as informações sobre o tipo de atendimento que se fazia na época. Poderia ser mais um atendimento médico do que educacional, por exemplo.

No Brasil, a educação inclusiva que visa inserir as crianças com deficiência no ensino regular, fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, a qual garante a todos o direito à igualdade (art. 5º).

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (CF, 1988).

Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CF, 1988).

No artigo 206, inciso 1, coloca como um dos princípios para o ensino a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (CF, 1988). Em conformidade com tal Constituição, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, aprovou nova lei baseada no disposto da Convenção de Guatemala, que trata da eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência e deixa clara a impossibilidade de tratamento desigual aos deficientes (BRASIL, 2004).

Conforme apresenta o Decreto Nº 3.956, DE 8 de Outubro de 2001

Põe fim às interpretações confusas, deixando clara a impossibilidade de tratamento desigual. Trabalhar prioritariamente nas seguintes áreas: a) prevenção de todas as formas de deficiência preveníveis; b) detecção e intervenção precoce, tratamento, reabilitação, educação, formação ocupacional e prestação de serviços completos para garantir o melhor nível de independência e qualidade de vida para as pessoas portadoras de deficiência; e c) sensibilização da população, por meio de campanhas de educação, destinadas a eliminar preconceitos, estereótipos e outras atitudes que atentam contra o

direito das pessoas a serem iguais, permitindo desta forma o respeito e a convivência com as pessoas portadoras de deficiência. (BRASIL, Convenção de Guatemala, 2001, p.04)

Paralelamente a estes documentos, declarações internacionais, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração de Salamanca, reforçam movimentos em favor de uma educação inclusiva, afirmando uma situação de igualdade de direitos entre os cidadãos.

A conferência de Salamanca marcou um novo ponto de partida para milhões de crianças privadas de educação. Ela forneceu uma oportunidade única de colocação da educação para necessidades especiais dentro da estrutura mais ampla do movimento de Educação para Todos, lançado em Jomtiem, Tailândia, em 1990, e ela veio a um tempo em que os líderes mundiais e o sistema das Nações Unidas estavam adotando uma nova visão e dando seus primeiros passos em direção à sua realização. (UNESCO, 1994, p. 15)

A Constituição não garante apenas o direito à educação, mas também o atendimento educacional especializado, ou seja, atendimento das especificidades dos alunos com deficiência, sem prejuízo da escolarização regular, já que o ensino fundamental, cuja faixa etária vai dos 6 aos 14 anos de idade, é uma etapa considerada obrigatória pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seus artigos 4º e 6º, e pela Constituição, artigo 208 (BRASIL, 2004).

Felizmente depois de muita luta e busca por melhores condições de vida e principalmente por uma educação que atendessem as necessidades educacionais especiais, essas pessoas vem conquistando o seu espaço em meio a tantas dificuldades e demonstrando que mesmo com suas limitações, dando-lhes condições apropriadas é possível sim, aprender e conseqüentemente a sua inserção ao mercado de trabalho e sociedade é uma meta visivelmente alcançada.

1.1.6 Aspectos Legais do Atendimento Educacional Especializado - AEE

Em 2009 o Brasil promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), por meio do Decreto nº 6949/2009, assumindo o compromisso de assegurar o acesso das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e de adotar medidas que garantam as condições para sua efetiva participação, de forma que não sejam excluídas do sistema educacional geral em razão da deficiência.

No contexto das políticas públicas para o desenvolvimento inclusivo da escola se insere a organização das salas de recursos multifuncionais, com a disponibilização de recursos e de apoio pedagógico para o atendimento às especificidades dos alunos público alvo da educação especial matriculados no ensino regular.

Fundamentada nos marcos legais e princípios pedagógicos, da igualdade de condições de acesso à participação em um sistema educacional inclusivo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) define a Educação Especial como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e o atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar, aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular.

Em 2008, o Decreto nº 6.571 institui no, âmbito do FUNDEB, o duplo cômputo da matrícula dos alunos público alvo da educação especial, uma em classe comum da rede pública de ensino e outra no atendimento educacional especializado (AEE). Conforme definição deste Decreto, as salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, art. 5º: O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

A escola deve cumprir sua função social, construindo uma proposta pedagógica capaz de valorizar as diferenças, com a oferta da escolarização nas classes comuns do ensino regular e do atendimento as necessidades específicas dos seus alunos.

Essa concepção está expressa nas Diretrizes Nacionais da Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 4/2010, conforme disposto no seu art. 1º: § 1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização ofertado em sala de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Portanto, todos os alunos público alvo da educação especial devem ser matriculados nas classes comuns, em uma das etapas, níveis ou modalidade da educação básica, sendo o atendimento educacional especializado – AEE ofertado no turno oposto ao do ensino regular.

Alunos Público Alvo do AEE.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivos, a oferta do atendimento educacional especializado, a formação dos professores, a participação da família e da comunidade e a articulação intersetorial das políticas públicas, para a garantia do acesso dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, no ensino regular.

Os alunos público-alvo do AEE são definidos da seguinte forma:

Alunos com deficiência - aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruído sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;

Alunos com transtornos globais do desenvolvimento - aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo síndromes do espectro do autismo psicose infantil;

Alunos com altas habilidades ou superdotação - aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Institucionalização do AEE no Projeto Político Pedagógico Conforme dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE, prevendo na sua organização: I - Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; II - Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola; III - Cronograma de atendimento aos alunos; IV - Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; V - Professores para o exercício do AEE; VI - Outros profissionais da educação: tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção; VII - Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

CAPÍTULO 2 – CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ – PB.

O município de São Vicente do Seridó – PB, apresenta duas histórias, a primeira faz menção à fundação do povoado de São Vicente e a outra do povoado de Santo Antônio. Em 1820, Manuel Barbosa e seu irmão José Barbosa, viam da cidade de Patos, sertão da Paraíba em busca de terras para se fixar, cansados, eles pararam para descansar e no dia seguinte, viram que ali havia água e um rio, (rio Seridó).

Os irmãos perceberam que ali seria um bom lugar e resolveram que ali fundariam um povoado, que depois de algum tempo deu origem a vila de Santo Antônio. Eles construíram uma pequena capela de pau a pique na margem esquerda do rio para adorar ao santo Católico, Santo Antônio. Passadas algumas décadas, em 1870, o então sítio Santo Antônio pertencia à senhora Maria Beata, a qual era conhecida como uma grande criadora de bodes da região, nela já existiam muitas casas, isto é, alguns moradores povoaram aquele sítio.

No local foi instalada uma bolandeira para beneficiamento de algodão, por intermédio de seus moradores, já que a região era uma grande produtora de algodão, isto foi o marco decisivo para o desenvolvimento do povoado, uma vez que muitos moradores da redondeza para ali se deslocaram, atraídos pela oferta de trabalho, onde construíram casas residenciais e comerciais. Em 30 de março de 1938 o povoado de Santo Antônio passou a ser distrito do município de Soledade – PB, uma cidade localizada à 26,4 km de distância.

Passados alguns anos, em 31 de dezembro de 1943 o distrito de Santo Antônio passou a ser chamado de Seridó e em 22 de dezembro de 1961, o distrito de Seridó foi desmembrado de Soledade, tornando-se município independente. Ao mesmo tempo, à 9 km do município (Seridó), se expandia na região um povoado com o nome de “Chico”, próximo a uma casa de farinha, no qual, o dono era conhecido pelo senhor André Mota, que depois foi vendida ao senhor Santo Vieira, que instalou uma mercearia no local .

Anos depois, o povoado passou a ser chamado de São Vicente, em homenagem à família de Antônio Vicente, antigo morador da comunidade que doou o terreno para a construção da Capela São Vicente Férrer e em 1958 sofreu modificações e se transformou em Matriz local. Em 18 de janeiro 1962, foi criado o distrito de São Vicente pertencente ao município de Seridó e no dia 9 de janeiro de 1968, o distrito de São Vicente passou a ser a sede administrativa de Seridó e Seridó passou a se chamar São Vicente do Seridó – PB.

2.1 Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Santo Antônio ex - povoado, pelo Decreto-lei Estadual n.º 1.010, de 30-03-1938, subordinado ao município de Soledade. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 1.164, de 15-11-1938, o município de Soledade passou a denominar-se Juazeiro. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 520, de 31-12-1943, o distrito de Santo Antônio passou a denominar-se Seridó. Sob o mesmo Decreto-lei acima citado, o município de Juazeiro passou a denominar-se Ibiapinópolis.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito de Seridó figura no município de Ibiapinópolis. Pela Lei Estadual n.º 124, de 17-09-1948, o município de Ibiapinópolis voltou a denominar-se Soledade. Em divisão territorial datada de 1-07-1950, o distrito de Seridó figura no município de Soledade. Assim permanecendo em divisão territorial datada 01-07-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Seridó, pela Lei Estadual n.º 2.660, de 22-12-1961, desmembrado de Soledade.

Pela Lei Estadual n.º 2.774, de 18-01-1962, é criado o distrito de São Vicente e anexado ao município de Seridó. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Seridó e São Vicente. Pela Lei Estadual n.º 3.516, de 09-01-1968, o distrito de São Vicente passou a denominar-se São Vicente do Seridó. Sob a mesma Lei, o distrito de São Vicente passou a ser a sede do município.

Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 2 distritos: Seridó e São Vicente do Seridó, ex - São Vicente, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

2.2 Dados Estatísticos do Município de São Vicente do Seridó – retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- A população estimada no ano de 2018 - 10.728 pessoas.
- População no último censo/2010 – 10.230 pessoas.
- Área da unidade territorial /2017 – 276,471 km²
- Esgotamento sanitário adequado/2010 – 2,6%
- Arborização de vias públicas/2010 – 90,9%
- Taxa de Escolarização de 6 a 14 anos de idade/2010 – 97,2%

3 A SALA DE AEE NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ, ESCOLA MUNICIPAL DAMIÃO ZELO E ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO ASFORA.

A pesquisa foi realizada na Sala de Atendimento Educacional Especializado/AEE – Escola Municipal Damião Zelo e Escola Municipal Raimundo Asfora, na cidade de São Vicente do Seridó/PB. Com objetivo de apresentar, como é realizado o trabalho pedagógico nas crianças com deficiência e perceber esse olhar diferenciado em atender essas crianças no município de São Vicente do Seridó.

Neste sentido, fizemos algumas entrevistas com a professora Wiara Vitória da Nóbrega e com as mães das crianças que são atendidas naquele espaço, com intuito de entender como é realizado o trabalho com as crianças e como a mãe percebe os benefícios na criança ao frequentar a sala de AEE.

A professora tem o papel importante frente às crianças, ela realiza um trabalho pedagógico com atividades diferenciadas de acordo com cada particularidade (deficiência) da criança, tornando a aprendizagem prazerosa e significativa, os pais percebem esse diferencial à medida que os filhos desenvolvem suas habilidades e conseguem tornarem-se autônomos.

O Município dispõe de 14 escolas ativas, contudo, dispõe de duas salas AEE em funcionamento, uma instalada na Escola Municipal Damião Zelo e outra na Escola Municipal Raimundo Asfora, em Seridó.

A secretária de Educação do Município – Juciléia Monteiro vem realizando um trabalho satisfatório frente à secretaria, com intuito de oportunizar aos alunos uma educação de qualidade e inclusiva.

As salas foram instaladas no ano de 2017, já passaram por lá em média 25 crianças matriculadas tanto na zona urbana quanto na zona rural.

O Atendimento ocorre dois dias por semana, segunda e terça feira, de 13:00 às 17:00 h na Escola Municipal Damião Zelo e quarta e quinta feira, de 13:00 às 17:00 na Escola Municipal Raimundo Asfora, a professora atende no máximo três crianças por hora, separadas por deficiência e idade.

Wiara (professora) diz:

Nós da AEE suplementamos ou complementamos as dificuldades que dificultam a inclusão do aluno na sala de aula, contribuindo para o desenvolvimento intelectual e pessoal do aluno.

Percebemos no que foi dito pela professora, o empenho da docente em realizar um trabalho de qualidade para que estas crianças sejam atendidas em suas especificidades.

No momento, as salas atendem 15 crianças com idade entre 6 e 14 anos, com os mais variados tipos de deficiência:

- Autismo

O TEA “é definido como um transtorno do desenvolvimento neurológico e global, que deve estar presente desde a infância, apresentando importantes déficits nas dimensões sociocomunicativas e comportamentais”. (NUNES; AZEVEDO; SCHMIDT, 2013, p. 558).

Software utilizado: Dosvox – Jogo/vogais.

Jogos pedagógicos: sequência lógica, dominó, quebra-cabeça, números com pinos, caixa tátil, bloco lógico, formas geométricas.

- Síndrome velocardio-facial

O síndrome velocardiofacial foi descrito como uma doença genética específica em 1978 por Shprintzen *et al.* num estudo com 12 doentes, incluindo uma mãe e uma filha afetadas. (CANDEIAS, 2016, p. 01)

Software: Dosvox – Jogo da força, falador.

Jogos pedagógicos: sequência lógica de trânsito, bloco lógico geométrico, jogo da memória masculino e feminino com animais, números com pinos.

- Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente

acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade. Ele é chamado às vezes de DDA (Distúrbio do Déficit de Atenção).

Software: Dosvox – Jogo/forca, falador.

Jogos pedagógicos: sequência lógica, material dourado, esquema corporal – direita e esquerda, bloco lógico, loto leitura, régua de frações, jogo de números.

- Deficiência Intelectual

Na procura de uma compreensão mais global das deficiências em geral, em 1980, a OMS, propôs três níveis para esclarecer todas as deficiências, a saber: deficiência, incapacidade e desvantagem social. Em 2001, essa classificação foi revista e reeditada não contendo mais uma sucessão linear dos níveis, mas indicando a interação entre as funções orgânicas, as atividades e a participação social.

Software: Dosvox – Jogo da forca, falador.

Jogos pedagógicos: sequência lógica, material dourado, esquema corporal – direita e esquerda, bloco lógico, loto leitura, régua de frações, jogo de números.

- Baixa visão

A definição de baixa visão (ambliopia, visão subnormal ou visão residual) é complexa devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais. Essas funções englobam desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam a execução de tarefas e o desempenho geral.

Software: Dosvox – falador.

Jogos pedagógicos: Dominó tátil, memória tátil, formas geométricas, alfabeto em Braille, números com pinos, caixa tátil, material dourado.

- Surdez

A Surdez é um tipo de privação sensorial, cujo sintoma comum é uma reação anormal diante do estímulo sonoro (Gagliardi & Barrella, 1986).

A surdez é, portanto, caracterizada pela perda, maior ou menor, da percepção normal dos sons, havendo vários tipos de deficiência auditiva, em geral classificadas de acordo com o grau de perda da audição. Esta perda é avaliada pela intensidade do som, medida em decibéis (dB), em cada um dos ouvidos (Marchesi, 1996).

Software: Dosvox – falador.

Jogos pedagógicos: Esquema corporal, associação de ideias, sequência lógica, caixinha de números, bandinha rítmica, leitura labial.

- Paralisia Cerebral

A paralisia cerebral é um transtorno do neurodesenvolvimento, principal causa de deficiência física na infância ocorre de 2 a 2,5 casos por 1.000 nascidos vivos.

As principais características são desordens do tônus, da postura e do movimento e problemas musculoesqueléticos secundários.

Software: Dosvox – falador, Head Mouse.

Jogos pedagógicos: caixa tátil, dominó tátil, números com pinos, bloco lógico.

- Altas Habilidades

As crianças superdotadas em idade pré-escolar constituem um grupo heterogêneo em termos de interesses, níveis de habilidades, desenvolvimento emocional, social e físico, Nesse sentido, podemos nos deparar com uma criança avançada do ponto de vista intelectual, mas imatura emocionalmente. (Cline & Schwartz, 1999).

Software: Dosvox

Jogos pedagógicos: sequência lógica, bloco lógico, formação de palavras, jogo da enciclopédia, labirinto, atividades com sequência lógica.

3.1 Tecnologias Assistivas utilizadas na Sala de AEE.

Em 2007, o Comitê Brasileiro de Ajudas Técnicas, órgão ligado ao Governo Federal, aprovou a seguinte definição: Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2007).

As categorias de TA na vivencia de AEE

Conforme o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), os recursos de Tecnologias Assistivas são classificados em consonância com os seus objetivos ou de acordo com o funcionamento a que se destinam.

Figura 3 – 11 categorias de TA



Assim, diversas classificações de Tecnologias Assistivas foram criadas atendendo diferentes finalidades. Foi escrita originalmente em 1998, sendo sua

ultima atualização de 2017. Neste documento, Bersh (2008) aponta que há diferentes categorias de recursos e materiais que compõem as tecnologias assistivas. São 11 categorias de Tecnologias assistivas.

Um dos sistemas instalados nos computadores da sala de AEE é o DOSVOX - sistema para microcomputadores que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso de computadores por deficientes visuais, os quais adquire, um alto grau de independência no estudo e no trabalho.

O sistema realiza a comunicação com o deficiente visual através de síntese de voz em Português, sendo que a síntese de textos pode ser configurada para outros idiomas, ele vem sendo aperfeiçoado a cada nova versão. Hoje ele possui mais de 80 programas.

O programa é composto por:

- Sistema operacional que contém os elementos de interface com o usuário;
- Sistema de síntese de fala;
- Editor, leitor e impressor/formatador de textos;
- Impressor/formatador para braille;
- Diversos programas de uso geral para o cego, como Jogos de caráter didático e lúdico;
- Ampliador de telas para pessoas com visão reduzida;
- Programas para ajuda à educação de crianças com deficiência visual;
- Programas sonoros para acesso à Internet, como correio eletrônico, acesso a Homepages, Telnet e FTP;
- Leitor simplificado de telas para Windows.

A pessoa com deficiência percebe, através de sua vivência corporal e interação com os meios midiáticos, o mundo a sua volta, com a finalidade de recriar e criar formas que possibilitem a amplitude de conhecimento e de suas potencialidades mediante a interação com a máquina. (SANTOS, 2011, p. 84)

Neste sentido, Santos (2011), acrescenta os benefícios alcançados com a interação da criança com os softwares pedagógicos educacionais, oportunizando a estes, outros meios de desenvolver suas habilidades, e dando-lhes melhor qualidade de vida e convívio social.

3.2 Sites com Jogos Educativos

Os sites: www.escolagames.com.br, www.atividadeseducativas.com.br e www.smartkids.com.br, foram desenvolvidos com objetivo de auxiliar aluno e professor através de jogos pedagógicos/lúdicos. Neste sentido, o aluno/professor tem os jogos como aliado na busca do conhecimento.

Os jogos online são ferramentas educacionais que divertem enquanto motivam, podem ser mais complexos e desafiadores que seus pares não computadorizados. Um só jogo pode servir como contexto para a aprendizagem de múltiplos conceitos e variadas habilidades, de natureza bastante sofisticada, tudo isso de maneira que o aluno dificilmente fica desmotivado no processo. Os jogos na internet ganham maior popularidade nas escolas, justamente por causa da capacidade de motivação, pois os professores encontraram nos jogos de computadores um poderoso motivador para o início do processo de ensino aprendizagem. (MERCADO, 2006, p.81)

Com a introdução dos Jogos em sala de aula, é possível apresentar uma prática construtiva tanto para o aluno, que o recebe, como um grande estímulo, quanto para o professor que pode contar como um aliado positivo na construção/aprimoração de novos conhecimentos.

É essencial que o professor se aproprie de gama de saberes advindos com a presença das tecnologias digitais da informação e da comunicação para que estes possam ser sistematizados em sua prática pedagógica. A aplicação e mediação que o docente faz em sua prática pedagógica do computador e das ferramentas multimídia em sala de aula, depende, em parte, de como ele entende esse processo de transformação e de como ele se sente em relação a isso. (SERAFIM & SOUSA, 2011, p. 18).

As tecnologias digitais da comunicação e informação vem consolidando um leque de possibilidades, que podem auxiliar o docente em sala em inúmeras práticas pedagógicas, mediando uma aprendizagem com significado, cabe ao professor enxergar essas mudanças com bons olhos.

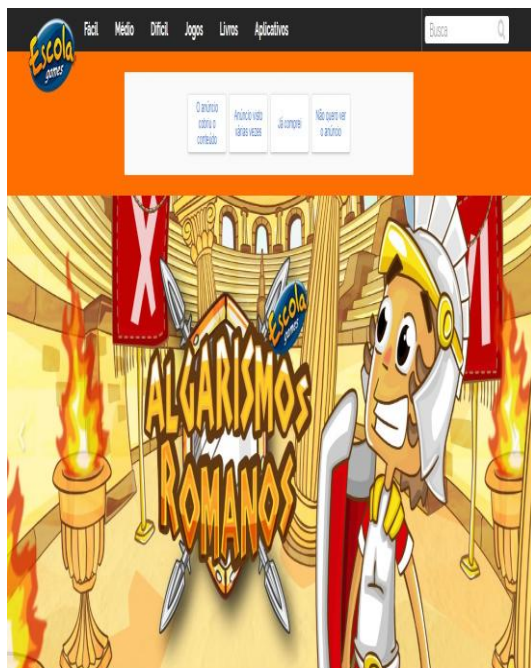
Conforme MORAN (2000, p. 23), “um dos grandes desafios para o educador é ajudar a tornar a informação significativa, a escolher as informações verdadeiramente importantes entre tantas possibilidades, a compreendê-las de forma cada vez mais abrangente e profunda e a torná-las parte do nosso referencial”.

Importante destacar dois importantes exemplos do computador como TA, estão relacionados abaixo:

- O computador substituindo o lápis e o caderno, para alunos com mobilidade reduzida, deficiência física ou múltipla, que têm limitada a sua capacidade de escrever no papel;
- A utilização de softwares para comunicação alternativa e ampliada, que auxiliam na promoção da comunicação.

Nesse sentido, as tecnologias assistivas conseguem atingir espaços e transpor barreiras antes difíceis, os jogos e os *softwares* auxiliam o aluno na sala de aula como um aliado, tornando a aprendizagem prazerosa.

Figura 4 : Escola Games

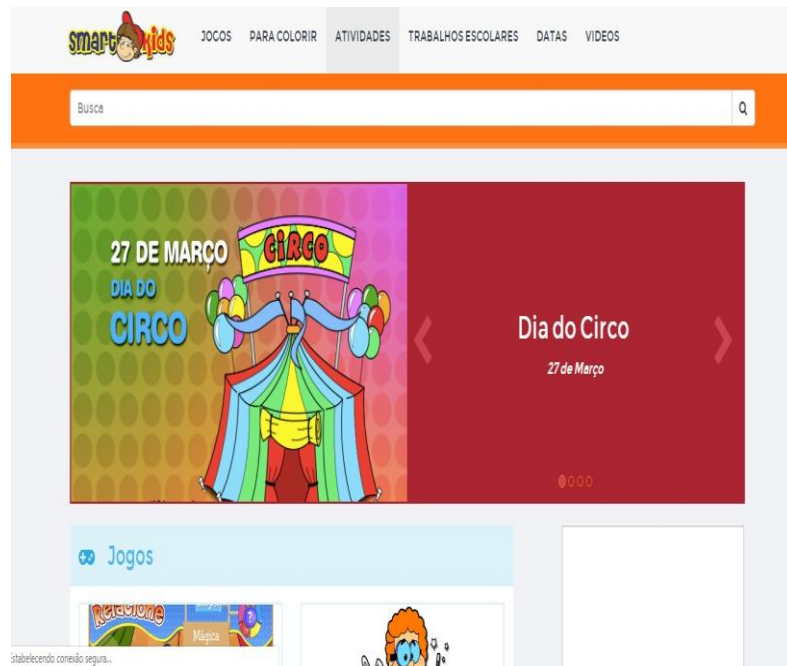


Fonte: <http://www.escolagames.com.br>

Figura 5 : Atividades Educativas

Fonte: <http://www.atividadeseducativas>

Figura 6: Smartkids



Fonte: <https://www.smartkids.com.br/>

CAPÍTULO 4 – PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE

A metodologia que empregamos para a produção deste trabalho de conclusão de curso se deu em etapas. Inicialmente fizemos um levantamento bibliográfico sobre o assunto com o intuito de fundamentar o que compreendemos ser relevante em relação à inclusão de pessoa com deficiência e a importância do atendimento educacional especializado para autonomia e desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem.

Realizamos a pesquisa qualitativa, como instrumento metodológico utilizamos o questionário, segundo Joly e Silveira.

O Questionário é definido como um conjunto de perguntas sobre um determinado tema que visa medir opinião, interesses ou aspectos de personalidade e colher informações biográficas do sujeito. (SILVA, et al., 2010, p.63)

Também com os estudos qualitativos, por reconhecermos nessa abordagem uma relação entre o pesquisador e o objeto em estudo, sobre isso enfatiza Malheiros (2001), “as pesquisas qualitativas tentam compreender os fenômenos pela ótica do sujeito”. Assim, podemos construir nossa análise a partir das nossas observações, com hipótese que posteriormente serão confirmadas através dos teóricos.

Neste sentido, buscando atender ao objetivo do estudo de proceder uma análise e apresentação dessa realidade, adotamos este percurso frente ao objeto investigado, Sala de AEE na Escola Municipal Damião Zelo e Escola Municipal Raimundo Asfora, município São Vicente do Seridó.

4.1 Sala de AEE - VIVÊNCIAS INCLUSIVAS

A Sala de AEE da Escola Municipal Raimundo Asfora foi fundada por volta de junho de 2017, atualmente são atendidas 7 crianças, com idade entre 6 e 14 anos. Essas crianças foram diagnosticadas com os mais variados tipos de deficiências: Transtorno do Espectro do Autismo; Síndrome de Down; Síndrome Velocardio-facial; Altas Habilidades; Deficiência Intelectual; Baixa visão; Baixa audição; Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).

A sala é informatizada e dispõe de um grande acervo pedagógico: Soroban, Ábaco, Jogo da memória, Tangran, Xadrez, quebra-cabeça, associação de ideias, dentre outros. Como também, de computadores e impressora nele foi instalado o Sistema Dosvox, Programas: falador, jogo das vogais, Headmouse, jogo da força. Os atendimentos ocorrem na quarta – feira e quinta – feira: turno: tarde, de 13:00 às 17:00 h, no máximo três crianças por hora, separadas por deficiência e idade.

Já a Sala de AEE da Escola Municipal Damião Zelo foi fundada por volta de março de 2017, atualmente são atendidas 8 crianças, com idade entre 6 e 10 anos. Essas crianças foram diagnosticadas com os mais variados tipos de deficiências: Transtorno do Espectro do Autismo; Síndrome Velocardio-facial; Deficiência Intelectual; Baixa visão; Baixa audição; Paralisia Cerebral; Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).

A sala é informatizada e dispõe de um grande acervo pedagógico: Soroban, Ábaco, Jogo da memória, Tangran, Xadrez, quebra-cabeça, associação de ideias, dentre outros. Como também, de computadores e impressora nele foi instalado o Sistema Dosvox, Programas: falador, jogo das vogais, Headmouse, jogo da força. Os atendimentos ocorrem na segunda– feira e terça – feira: turno: tarde, de 13:00 às 17:00 h, no máximo três crianças por hora, separadas por deficiência e idade.

Depois de um longo período de observação, coleta de informação, foi visto que as crianças as quais frequentam a sala de AEE, apresentam um equilíbrio emocional, concentração e vontade ao realizar as atividades propostas pela professora.

Moran (2013), diz

Educar é colaborar para que professores e alunos – nas escolas e organizações - transformem suas vidas em processos permanentes de aprendizagem. É ajudar os alunos na construção da sua identidade, do seu caminho pessoal e profissional - do seu projeto de vida, no desenvolvimento das habilidades de compreensão, emoção e comunicação que lhes permitam encontrar seus espaços pessoais, sociais e de trabalho e tornar-se cidadãos realizados e produtivos (MORAN, 2013 p. 67).

Nesse sentido, a mediação realizada pela professora da sala de AEE, oportuniza a criança deficiente, visto que, cada criança terá um atendimento individualizado, levando em consideração a limitação apresentada pela criança.

Os alunos demonstraram sempre interesse e um bom desempenho ao desenvolver as atividades, de acordo com suas limitações, podendo-se perceber que as crianças apresentaram um bom desenvolvimento cognitivo e nível de aprendizagem satisfatória, sendo um avanço gradativo.

4.2 Jogos Pedagógicos trabalhados na sala de AEE

1 Letras do alfabeto/Eva.	9 Dominó de frações.	17 Alfabeto Braille	24 Caixa tátil.
2 Jogo – acerte o acerto.	10 Dominó de A a Z.	17 Jogo da memória.	25 Números com pino.
3 índice Braille.	11 Dominó de Alfabetização.	18 Sistema de numeração decimal.	26 Tapete – amarelinha
4 Esquema corporal.	12 Dominó de frases.	19 quebra cabeça geométrico.	27 Quebra cabeça de encaixe/EVA.
5 Na ponta da língua.	13 Dominó da multiplicação.	20 caixa de números.	28 Jogo da memória, sílabas iniciais e figuras.
6 Sequência lógica.	14 Dominó da adição.	21 Palavras cruzadas.	29 – Loto numérica.
7 Soletrando.	15 Dominó tátil	22 Material dourado.	
8- Blocos lógicos.	16 Jogos de xadrez	23 Tangran	

4.3 Atividades pedagógicas: PERCEPÇÕES DA PROFESSORA E DAS MÃES

Ao desenvolverem essas atividades com a utilização do sistema Dosvox - Jogo das vogais, foi trabalhado: a concentração, as vogais, cores, dentre outras ações, possibilitando que a criança perceba as letras de outras formas.

Figura 7 – criança utilizando o jogo das vogais



Fonte: acervo pessoal

Figura 8 – formas e tamanhos



Fonte: acervo pessoal

Wiara.Nóbrega¹

1- Por que a sala de AEE é importante?

¹Wiara Nóbrega – Professora da sala de AEE – São Vicente do Seridó

A sala de AEE ajuda a quebrar as barreiras que o aluno enfrenta no dia a dia na sala de aula, neste sentido, ela complementa seu auto conhecimento de acordo com o que o professor perceba necessário em sala de aula, para que eles se tornem autônomos. (Wiara, 2019).

2- Como você percebe os avanços ocorridos nas crianças que frequentam a sala de AEE?

Os avanços foram satisfatórios, lembrando que cada criança tem seu tempo de aprender, não forçamos nada, apenas estimulamos para que consigam avançar gradativamente, lembro que em 2017, frequentava uma criança com TDAH, que ainda não tinha se apropriado do sistema de escrita alfabética, e ao final do ano, ela já tinha aprendido a ler, escrever seu próprio nome e a contar". (Wiara, 2019).

Em 05 de março de 2019, com objetivo de perceber o olhar das mães em relação às crianças que frequentam a sala de AEE, fizemos algumas perguntas, a entrevista foi coletada em São Vicente do Seridó.

Carla mãe de Teresa, aluna que frequenta a sala de AEE – Síndrome de Velocardio Facial.

1- Por que a sala de AEE é importante para sua filha?

Antes as crianças de nossa cidade não tinham como frequentar salas de recursos, vejo como uma grande possibilidade de avanços, em relação a aprendizagem de minha filha, ela se sentia triste e eu preocupada com o bem-estar dela. Hoje, minha filha é mais feliz, só tenho a agradecer. (CARLA, 2019)

Kátia, mãe de Lucas – aluno que frequenta a sala de AEE - Deficiência Intelectual.

1- Por que a sala de AEE é importante para seu filho?

Com a implementação da sala de atendimento nossas crianças conseguem de fato a inclusão, por pertencerem a um espaço só delas, que respeita as limitações de cada individuo. (KÁTIA, 2019).

No decorrer destas atividades, observamos uma melhora significativa na aprendizagem dessas crianças, em relação ao estímulo e curiosidade em cada atividade desenvolvida.

[...] os princípios fundamentais do desenvolvimento são os mesmos para as crianças com ou sem deficiência, mas que as limitações interpostas pela deficiência funcionam como um elemento motivador, como um estímulo, uma “supercompensação”, para a busca de caminhos alternativos na execução de atividades ou no logro de objetivos dificultados pela deficiência. (GALVÃO FILHO, 2004. p. 28).

São as interações que fazem com que o sujeito se torne parte daquele ambiente, como ser constituinte daquele espaço, aprendendo dia a dia com as práticas cotidianas e com a relação com o outro.

As crianças conseguiram realizar todas as atividades propostas ao longo da pesquisa com mediação necessária e estímulo suficiente, seja ela de língua portuguesa, matemática, história, geografia, artes, enfim, foi um aprendizado com significação para eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida educa. Mas a vida que educa não é uma questão de palavras, e sim de ação. É atividade.
Johann Heinrich Pestalozzi

De acordo, com as observações e coleta de informações apresentadas neste trabalho, podemos perceber que a inclusão de pessoa com deficiência na sala de AEE e o atendimento educacional especializado realizado nas salas de AEE no município de São Vicente do Seridó, em especial, nas Escolas Municipais Damião Zelo e Raimundo Asfora, ocorre de maneira pedagógica e satisfatória, respeitando a pessoa com deficiência, seguindo as normas e parâmetros estabelecidos na Lei de acesso a inclusão, implementada Em 2008, com o Decreto nº 6.571, institui no, âmbito do FUNDEB, o duplo cômputo da matrícula dos alunos público alvo da educação especial, uma em classe comum da rede pública de ensino e outra no atendimento educacional especializado (AEE).

Foi verificado através de relatos orais com os pais/responsáveis que as crianças ao frequentar a sala de AEE, se torna confiante e autônoma, busca aprender com significado, o professor da sala torna essa aprendizagem possível, uma vez que as atividades pedagógicas desenvolvidas em sala são individualizadas, cada sujeito pertencente aquele espaço, trabalha suas especificidades, limitações, sem “cobranças” exageradas, estatísticas de desempenho, sem ser vista apenas como números. A criança tem seu espaço, é vista como sujeito capaz.

A escola deve ser um lugar de encontro, de igualdade, de desenvolvimento. A escola tem papel importante e mesmo com as condições adversas do contexto econômico – político – ideológico, tem função específica que, exercida de forma competente, deve possibilitar a apropriação do saber para todos os cidadãos.

Ressaltamos ainda, para que esse desempenho seja satisfatório o envolvimento da família durante todo o processo, como elemento fundamental para que a criança sinta-se acolhida dentro e fora do ambiente escolar, tendo os pais como suporte indispensável para o seu crescimento.

Alguns momentos e o acervo das Salas de AEE.

Figura 9 – atividade pedagógica



Fonte: acervo pessoal

Figura 10 – Os professores estão realizando uma avaliação diagnóstica.



Fonte: acervo pessoal.

Figura 11: Computador/sala de AEE

Figura 12: Jogo da Forca - Dosvox



Fonte: acervo pessoal

Figura 13: Jogo da Forca – DosVox

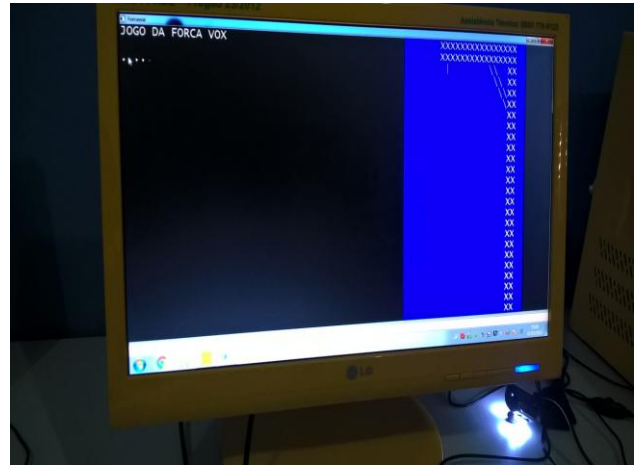
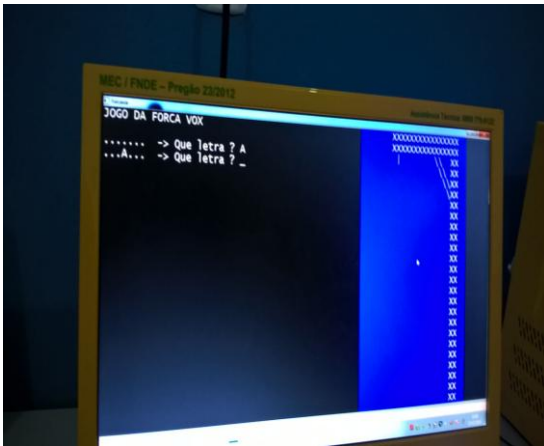


Figura 14: Jogo da Forca – DosVox



Fonte: acervo pessoal

Figura 15: Head Mouse

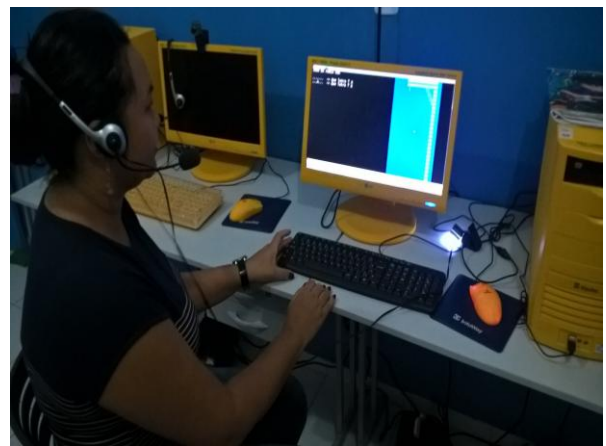
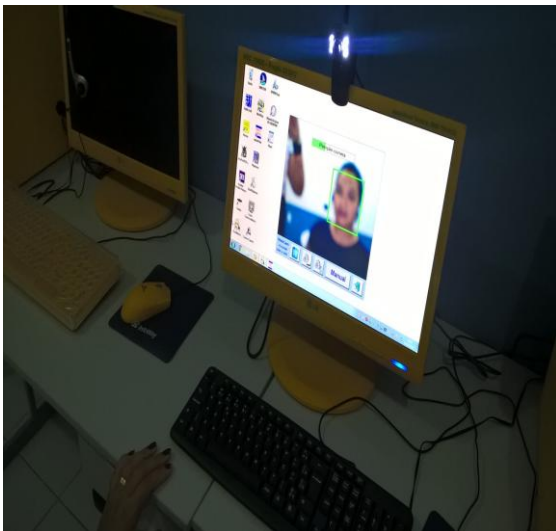


Figura 16: Sistema Dosvox - falador



Fonte: acervo pessoal



Fonte: acervo pessoal

Figura 17: Lupa – baixa visão

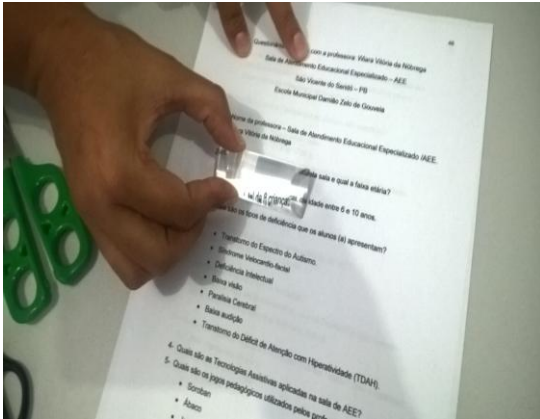


Figura 18: Wiara/ Lupa



Fonte: acervo pessoal

Figura19: Jogos pedagógicos



Figura20 – Alfabeto móvel degrau



Fonte: acervo pessoal

Figura 21: Jogos pedagógicos



Figura 22: Jogos pedagógicos



Fonte: acervo pessoal

Figura 23: caixa tátil

Figura 24: jogos com pinos



Fonte: acervo pessoal

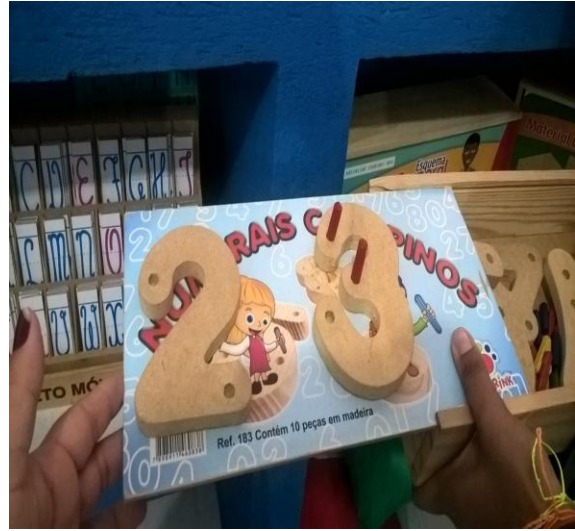


Figura 26: xadrez

Figura 25: teclado comeia



Fonte: acervo pessoal



Figura 28: Viviane e Wiara.

Figura 27: Computadores e impressora



Fonte: acervo pessoal



REFERÊNCIAS

ALVES, Águida Teresinha Luciano et al (Col). **Proposta Curricular – Educação Especial**. Santa Catarina. [S. I.] pp.62-68.

AMARAL, Lígia Assunção. **Pensar a diferença: deficiência**. Brasília: Corde, 1994.

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social. In: E. J. Manzini (Org.) **Educação Especial: Temas Atuais**. Unesp. Marília - Publicações, 2000.

BAIRRÃO, J. **Políticas e Práticas Educativas: O Caso da Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo nos anos 2002 a 2004**. Lisboa: Fundação Liga Portuguesa dos Deficientes Motores. 2004.

BARBOSA, João Ilo Coelho. **A criatividade sob o enfoque da análise do comportamento**. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva. Vol. V, nº 2, 185-193. 2003.

BERSCH, Rita. 2008. Introdução às Tecnologias Assistivas. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf> Acesso em 20 de março. 2019

BIANCHETTE, Lucídio. **Aspectos Históricos da Educação Especial**. Revista Brasileira de Educação Especial. Maringá, vol.03, pp. 1-13,1995.

BUENO, J. G. S., *Educação Especial Brasileira Integração/ Segregação do Aluno Diferente*, São Paulo, EDUC, PUSP. 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. (1995). Diretrizes gerais para o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades/superdotação e talentos. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial.

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien, Tailândia: 5 a 9 de março de 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 2ª edição, 1997.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. In: Secretaria de Educação Fundamental. / Ministério da Educação e do Desporto. — Brasília: MEC/SEF, v.3, 1998.

BRASIL. Lei n.º 4.024/61, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial, 21 de dezembro de 1961.

BRASIL. Lei nº 5.692/71, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial, 12 de agosto de 1971.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 1995.

BRASIL. Parecer n.º 17, **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

BRASIL. Decreto 7.611, de 17 de nov. de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. DOU, 18.nov.2011. Disponível em: Acesso em 10 de janeiro 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL. Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Secretaria de Educação Especial, 2010.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho.; MENDES, Enicéia Gonçalves. **História da Educação Especial**: em busca de um espaço na história da educação brasileira. pp. 1-25. 2001.

CARDOSO, Marilene da Silva. Educação **Especial em direção à educação inclusiva**. STOBÄUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mourino (Orgs). In: Aspectos Históricos da Educação Especial: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada. Edipucrs, 3º edição, Porto Alegre, 2006.

CARVALHO, R.E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Educação inclusiva. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

CLINE, S. & SCHWARTZ, D. (1999). *Diverse populations of gifted children*. Upper Saddle River, NJ: Merrill.

CORREIA, L. M. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto, Editora Porto. 1997.

CORREIA, Luís de Miranda. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1999. (Coleção Educação Especial, 1).

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. **Educação especial**. Fundação CECIERJ, v.1, Rio de Janeiro, 208p. 2010.

FACION, J. R. **Inclusão Escolar e as suas Implicações**. Curitiba: IBPEX, 2005.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando em Silêncio: uma introdução a trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil**. Ed. Giz Editorial. PP-36-38, 2008.

FLEITH, Denise de Souza. Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão.in: altas habilidades/superdotação. Brasília: MEC – Secretaria de Educação Especial. 4 ed., 2006, 26p.

GAGLIARDI, C. & BARRELLA, F. F. (1986). **Uso da informática na educação do deficiente auditivo**: um modelo metodológico. Em Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), Anais da XVI Reunião Anual de Psicologia (pp. 120-123). Ribeirão Preto: SBP.

GALVÃO FILHO, T. **Favorecendo práticas pedagógicas inclusivas por meio das Tecnologias Assistivas**. In: NUNES, L. R. O. P.; PELOSI, M. B.; WALTER, C. C. F. (orgs.). *Compartilhando experiências: ampliando a comunicação alternativa*. Marília: ABPEE.

HERZ, Susan. **Violência Contra Pessoas com Deficiências**: barreiras ao diagnóstico, prevenção e tratamento. *Academic Medicini*, vol. 74, número 10, 1999.

JÖNSSON, T. **Inclusive education**. Hyderabad Índia: THPI, 1994, 158p.

LEMOS, Jaqueline. **Um país em guerra**. *Jornal do Psicólogo*, São Paulo, p. 4-5, maio/jun. 2000.

ITARD, J. M. G. (1801). Da educação de um homem selvagem ou primeiros desenvolvimentos físicos e morais do selvagem do Aveyron. In: BANKS – LEITE, Luci; GALVÃO, Izabel (org.). A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard. São Paulo: Cortez, 2000.

LEMOES, C.T.G. **Uma abordagem sócio-construtivista da aquisição da linguagem**: um percurso e muitas questões. In: ENCONTRO SOBRE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM, 1, 1989. *Anais...* Porto Alegre: PUC. 1989, p.61-79.

LUIZ, Flávia Mendonça Rosa e et al. A inclusão da Criança com Síndrome de Down na Rede Regular de Ensino: Desafios e Possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.14, n.3, p.497-508, Set.- Dez. 2008.

LYKOUROPOULOS, Cristiana Beatrice. **Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência: um estudo das propostas e ações políticas e sua apropriação por escolas da rede municipal de ensino de Maceió – AL**. [Dissertação]. São Paulo, 2007. 243 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, 2007.

MALHEIROS, Bruno Taranto. A pesquisa Científica em Educação. IN Metodologia da pesquisa em Educação. Rio de Janeiro LTC, 2011.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura**. São Paulo: Zahar; 1975.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação Inclusiva** - Orientações pedagógicas. In FÁVERO, E.A.G.; PANTOJA, L.M.P.; MONTOAN, M.T.E. Atendimento educacional especializado. São Paulo: MEC/SEESP, pp. 45-59, 2007.

MARCHESI, A. (1996). **Comunicação, linguagem e pensamento**. Em César Call; Jesus Palácios & Álvaro Marchesi. (Orgs.), Desenvolvimento Psicológico e Educação (pp. 200-216). Porto Alegre: Artes Médicas.

MASINI, Elcie F.S. **Integração ou desintegração?** Uma questão a ser pensada sobre a educação do deficiente visual. In: MANTOAN, Maria Teresa Égler (org.). *A integração de pessoas com deficiência*. São Paulo: Memnon, 1997.

_____. Quais as expectativas com relação à inclusão escolar do ponto de vista do educador. *Temas sobre Desenvolvimento*, São Paulo, v.7, n.42, jan./fev. 1999. p. 52-54.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Escolar Comum ou Especial?** São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1986.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** 2ª edição. São Paulo: Cortez. 1999.

MENDES, E. G. **Deficiência Mental: A construção científica de um conceito e a realidade.** Tese de Doutorado - USP: São Paulo, 1995.

MERCADO, Luiz Paulo Leopoldo. **Experiências com Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação.** Maceió: Edufal, 2006.

MINTO, César Augusto. Educação Especial: Da LDB aos planos nacionais de educação – do MEC e proposta da sociedade brasileira. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Brasília v. 6, n.1, pp. 1-26, 2000.

NUNES, D. R. de P.; AZEVEDO, M. Q. O.; SCHMIDT, C. **Inclusão educacional de pessoas com autismo no Brasil: uma revisão da literatura.** Revista Educação Especial, v. 26, n. 47, p. 557-72, set-dez.2013. Disponível em: Acesso em: 17.mar.2016.

MORAN, José. **Novas Tecnologias e mediação Pedagógica.** 21ª Ed. Campinas: Editora Papyrus, 2013.

MORAN, José Manuel et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 6. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência Mental: da Superstição à Ciência.** São Paulo: Queroz/EDUSP. 1984.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim.; Maranhê, Elisandra André. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente.** In: CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho. (Org.). Práticas em educação especial inclusiva na área da deficiência mental. Bauru: MEC/FC/SEE, 2008. pp-1-35.

SAVIANI, Dermeval. Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Caxambu (MG), v.14, n.40, pp. 1-13, jan/abr. 2009.

SANTOS, Mônica Pereira dos. **Educação Inclusiva: redefinindo a educação especial.** Ponto de Vista, Florianópolis, n.3/4, pp.103-118, 2002.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas. **Revista Lusófona de Educação**, v.13, pp. 135-153, 2009.

SOUSA, RP., MIOTA, FMCSC., and CARVALHO, ABG., orgs. Tecnologias digitais na educação [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 276 p.

TANAKA, Eliza Dieko Oshiro. **As necessidades educacionais especiais: altas habilidades, transtornos globais do desenvolvimento e deficiências**. Londrina: ABPEE, 2009.

TRINDADE, Ana Lúcia. **Orientações para Normalização de Trabalhos Acadêmicos: normalização segundo ABNT**. Universidade Luterana do Brasil., 31f. 2014.
UNESCO. Ministry of Education and Science of Spain. Final Report: World Conference on Special Needs Education: Access and Quality. Salamanca: UNESCO, 1994.

VYGOTSKI, Levi Semenovich. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes. 1984.

Portal Infopedia, Observação Participante. Disponível em: <[www.infopedia.pt/\\$observacao-participante](http://www.infopedia.pt/$observacao-participante)> Acesso em 16 de Janeiro de 2019.

Portal História Mais, Idade Moderna. Disponível em:
<www.historiamais.com/idademoderna.htm> Acesso em 17 de Janeiro de 2019.

Portal Revista Escola, As leis sobre diversidade. Disponível em:
<revistaescola.abril.com.br/formacao/leis-diversidade-424523.shtml> Acesso em 18 de Janeiro de 2019.

Portal Revista Escola, Pestalozzi, o teórico que incorporou o afeto a sala de aula. Disponível em: <revistaescola.abril.com.br/formacao/teorico-incorporou-afeto-sala-aula-423096.shtml> Acesso em 20 de Janeiro de 2019.

Portal Educar para crescer, Johann Heinrich Pestalozzi. Disponível em:
<educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/pestalozzi-307416.shtml> Acesso em 25 de Janeiro de 2019.

Disponível em: <http://www.saovicentosedoserto.pb.gov.br>. Acesso em: 20/01/2019.

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-vicente-do-serido/historico>. Acesso em: 27/02/2019.

Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/intro.htm>. Acesso em: 27/02/2019.

Disponível em: http://sis.posuscs.com.br/sistema/rota/rotas_84/1292/scorm/aula2/pdf/pdf_TEA.pdf. Acesso em: 27/02/2019

Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-07542016000400004. Acesso em: 27/02/2019.

Disponível em: <https://tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-tdah/>Acesso em: 28/02/2019.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>. Acesso em: 28/02/2019.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf. Acesso em: 28/02/2019.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1997000100009. Acesso em: 28/02/2019.

Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2016.v21n10/3203-3212>. Acesso em: 28/02/2019.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário/Entrevista com a professora: Wiara Vitória da Nóbrega

Sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE

São Vicente do Seridó – PB

Escola Municipal Damião Zelo de Gouveia

- 1- Nome da professora – Sala de Atendimento Educacional Especializado /AEE.
- 2- Quantas crianças são atendidas pela sala e qual a faixa etária?
- 3- Quais são os tipos de deficiência que os alunos (a) apresentam?
- 4- Quais são as Tecnologias Assistivas aplicadas na sala de AEE?
- 5- Quais são os jogos pedagógicos utilizados pelos professores?
- 6- Qual a importância da Sala de Atendimento Especializado (AEE) para os alunos?
- 7- Dias da semana e Horários que as crianças são atendidas?
- 8- Em qual ano a sala foi Instalada?
- 9- Quantas crianças já foram atendidas pela sala de AEE?
- 10- Quantas salas de AEE tem no município?
- 11- As crianças da Zona Rural são atendidas? Dias?

WIARA VITÓRIA DA NÓBREGA

APÊNDICE B - Questionário/Entrevista com a professora: Wiara Vitória da Nóbrega

Sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE

São Vicente do Seridó – PB

Escola Municipal Raimundo Asfora.

- 1- Nome da professora – Sala de Atendimento Educacional Especializado /AEE.
- 2- Quantas crianças são atendidas pela sala e qual a faixa etária?
- 3- Quais são os tipos de deficiência que os alunos (a) apresentam?
- 4- Quais são as Tecnologias Assistivas aplicadas na sala de AEE?
- 5- Quais são os jogos pedagógicos utilizados pelos professores?
- 6- Qual a importância da Sala de Atendimento Especializado (AEE) para os alunos?
- 7- Dias da semana e Horários que as crianças são atendidas?
- 8- Em qual ano a sala foi Instalada?
- 9- Quantas crianças já foram atendidas pela sala de AEE?
- 10- Quantas salas de AEE tem no município?
- 11- As crianças da Zona Rural são atendidas? Dias e horários?

WIARA VITÓRIA DA NÓBREGA